

Acasos, alternativas e escolhas: entre as Ciências Sociais e educação

Helena Bomeny¹ 

Cumprimento a Faculdade de Educação pela iniciativa do Seminário Anísio Teixeira, um padrinho ao qual todos os que nos mobilizamos pela qualidade da educação no Brasil queremos estar associados. Um agradecimento ao Programa de Pós-Graduação pelo convite que me foi feito por Rodrigo Rosistolato, pelo qual me sinto especialmente privilegiada, e uma declaração de profunda admiração por esse grupo, amigos e companheiros de longa data: Luiz Antonio Cunha, Libânia Xavier, a diretora da Faculdade de Educação Maria Muanis, e ao Rodrigo, com quem tive privilégio de dividir missões delicadas, sempre conduzidas com a competência e elegância que o caracterizam. A iniciativa do Programa de Pós-Graduação estimula, além do aprendizado especial, a socialização tão necessária à nossa profissão.

Depois de maquinar o que poderia trazer como pretexto de uma conversa, acabei traduzindo este convite como pretexto para um diálogo entre pessoas que têm em comum interesses, objetivos, apostas e também preocupações, perplexidades, necessidade de apoio para compreender o que nem sempre nos é acessível à compreensão. Foi como me tocou e como traduzi o convite. Conversar sobre o que eu quisesse trazer, disse-me Rodrigo. Em momento em que ainda não compreendo completamente o significado de aposentadoria, um convite assim me jogou para caminhos, alternativas ou escolhas que pude fazer no espaço de atuação profissional. Sabendo que se trata também de encontro com jovens, talvez pudesse esse caminho facilitar a troca intelectual e afetiva – razão mais importante na nossa convivência acadêmica. É com este espírito que passo ao relato reflexivo que pude fazer.

Toda história é uma história contada, aprendi nas minhas incursões na tentativa de entender melhor as sugestões de Max Weber sobre a ciência e as possibilidades do conhecimento. Atribuímos uma racionalidade posterior ao ato do agir

¹ Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

histórico-social, só possível como construção racional *a posteriori* e não, como reflexo ou apreensão objetiva do mundo real, insistia Weber, por ser esse mundo caótico, infinito, inapreensível em sua totalidade... Quando reconstruímos o cenário, acaba prevalecendo uma coerência lógica marcada por relações claras de causa e efeito que só o tempo posterior à ação é capaz de produzir pela mente humana. Uma chamada recuperada de forma aguda, tempos mais tarde, por Pierre Bourdieu quando nos alertava sobre “a ilusão biográfica”. Max Weber chamava a atenção para, digamos assim, a “ilusão histórico-social” do positivismo com a crença na possibilidade de apreensão do real como objeto palpável, apreensível em sua totalidade. Bourdieu nos traz ao nível individual para igualmente alertar sobre os equívocos de uma construção coerente, ordenada, completamente desenhável nos percursos acidentados que os indivíduos têm em suas interações no mundo social. O exercício que estou aqui propondo está completamente sintonizado com esta chave e essas chamadas. A aposta é que, para além de uma coerência artificialmente orquestrada, eu tenha mais clareza sobre os próprios alertas desses gigantes da sociologia, como o são Max Weber e Pierre Bourdieu. E crie pontes para conversa mais solta com este grupo especial. Encaremos assim a reconstrução que faço *a posteriori*.

Duas marcas foram definitivas nas escolhas e oportunidades que tive no início da vida acadêmica, e que se prolongaram por décadas. A primeira, fundamental, a pós-graduação no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) dos anos 1970 a 1990, da qual duas de minhas permanências (magistério e pesquisa) foram tributárias. Em um curso de teoria social, ministrado por Aspásia Camargo, fiquei responsável pela apresentação em aula do texto de Rousseau, “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens...” pelo qual fui, ao longo dos anos, percebendo a força do social sobre a construção da vida ordinária. Abri muitos dos meus cursos de introdução à sociologia com este texto primoroso. Discurso que trata da passagem do estado de natureza no qual liberdade/perigo, autonomia/insegurança, coragem/medo se mesclavam com resultados nem sempre previsíveis para o Estado Civil. A contenção, a previsibilidade, o impulso medido e a ferocidade controlada tão magistralmente tratados séculos depois por outro notável, Norbert Elias, com quem aprendemos sobre o processo civilizador, foram nos mostrando os benefícios de uma equação possível, embora difícil, entre liberdade e segurança. As perdas momentâneas em favor dos ganhos da vida civilizada... Era como se Jean Jacques Rousseau dissesse a Thomas Hobbes ser possível contratualmente sair

do Estado de Guerra que magistralmente Hobbes descrevera em *Leviatã*. Sabemos e sentimos na pele os efeitos sobre a vida ordinária quando nos afastamos do que nos garante o processo civilizacional...

Daquele pequeno seminário, fui convidada pela professora Aspásia para integrar a equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) como estagiária. O CPDOC da Fundação Getúlio Vargas entrava em seu terceiro ano de vida... uma criança atrevida que já indicava a força possível no campo institucional. Neste 2023, o CPDOC completa seus 50 anos!

Veio também de outro professor do IUPERJ, Olavo Brasil Lima Jr., meu orientador de mestrado, o convite para lecionar sociologia na Universidade Cândido Mendes-Ipanema. E dele também, mais um convite para lecionar Sociologia na Escola Brasileira de Administração Pública (Ebpap), hoje Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), que tinha naquela quadra a coordenação do professor Wanderley Guilherme dos Santos. Guardo desta última menção uma memória muito querida. A programação consistia em aula semanal de três horas seguidas, concentradas em um único dia da semana. Fiz um programa, apresentei ao professor Wanderley e temerosa de meu desempenho alertei: “Não sei sociologia para tanto tempo seguido. E se o programa acabar antes?”. E a resposta implacável dele: “Comece a repetir, Helena Maria”... É tão inteligente e tão certa esta recomendação que ele próprio, anos depois, duvidava de ter feito assim abruptamente. “Falei mesmo, Helena Maria?”. Sim, e se transformou em mantra na minha vida profissional como professora...

Fui combinando assim atividade de magistério em instituições privadas de ensino superior e iniciação à pesquisa no CPDOC. Um ponto importante nesta menção: era trabalho de pesquisa em equipe, o que, a meu juízo, faz diferença imensa da solidão das pesquisas individualizadas mais comuns em nosso tempo presente. O CPDOC estava voltado à pesquisa historiográfica sobre a formação do Estado brasileiro no pós-1930. Afinal, o que estimulou a abertura do centro foi o arquivo Getúlio Vargas e a expressão nacional do titular do arquivo veio em 1930. Não faltou quem nos interpelasse: no período mais duro da ditadura brasileira dos anos 1970, o CPDOC voltava-se para a compreensão da abertura dos anos 1930...

Ponto interessante nessa recuperação é o fato de o CPDOC ser uma instituição de pesquisa histórica criada e pensada por sociólogas... Celina do Amaral Peixoto,

Alzira Alves Abreu, Aspásia Camargo e Lucia Lippi Oliveira... Havia a inquietação de Celina Vargas, neta de Getúlio, com a possibilidade de consultas a arquivos abertas a pesquisadores estrangeiros e interditas aos brasileiros na repressão provocada pela censura do autoritarismo da ditadura militar. Pensando bem, a crítica que nos era feita nem procedia. Foi uma reação aos efeitos do regime autoritário que motivou as sociólogas a construir um espaço institucional aberto aos pesquisadores com documentação recebida pelos arquivos pessoais de políticos brasileiros. Mas também aqui fomos sempre interpelados criticamente: fazendo história de elite quando a urgência seria reconstruir ou propor história crítica a partir dos dominados... O CPDOC nasceu com a intenção de abrir o arquivo privado de um político – Getúlio Vargas –, que se mantinha na residência de família, para o público interessado na pesquisa histórica no Brasil contemporâneo. Historiadores e cientistas sociais se juntavam nessa desconfiança; uma reação muito própria no início de projetos inovadores, aprendemos com a vida acadêmica.

Fui sendo modelada por esta mescla de interesse sociológico com fundamento histórico que acabou se tornando a minha forma de pensar as ciências sociais. Um desafio que ainda me estimula. Pensar valores, práticas culturais, percepções a respeito de processos, ou seja, observação no nível dos atores de processos que os conformam na dimensão macro. Simultaneamente, senti sempre falta dos atores em análises de corte e de referências de tipo macro nas abordagens mais afeitas a certa matriz do individualismo metodológico... Talvez tenha traduzido a favor desta inclinação as orientações de Karl Marx sobre o fato de os homens fazerem a história, mas não a fazerem como querem, e de Max Weber na busca dos sentidos que os indivíduos atribuem às suas ações, às formas de reagir ou de traduzir os constrangimentos sociais. Não fazemos a história como queremos, embora sejamos atores nesses processos, dizia Marx. Orientamo-nos em nossas escolhas individuais movidos por crenças, valores, eleições, mas também circunscritos a constrangimentos mais largos repousados em processos de dimensão coletiva, na aposta de Max Weber.

Integrei a equipe coordenada por Ângela de Castro Gomes sobre os processos políticos desenvolvidos nos estados brasileiros naquela República que os vencedores denominavam “Nova”, atribuindo àquela que haviam sucedido o adjetivo “Velha” – denominação que a historiografia corrigiria posteriormente com a nomeação “Primeira República” em substituição à “República Velha”. Coube a mim a dinâmica política de Minas Gerais, estado fundamental para o arranjo e estabilidade política no pós-1930.

Afinal, fiadora da Revolução de 1930, e portadora da maior bancada no congresso, a política de Minas Gerais pesava no ordenamento do Estado Nacional como unidade da Federação a ser considerada...

E me mantinha no IUPERJ no mestrado em ciência política por onde, estimulada pelo curso de Mário Brockman Machado, fui me aproximando das questões relacionadas à cultura política, socialização política em seus efeitos sobre a educação. Minha incursão pela educação foi informada pela teoria social. A questão das crenças, valores, incorporação de valores (socialização) sempre me despertaram a atenção. E foi nesta quadra que lidei com a educação moral e cívica do regime militar em seus efeitos sobre a formação de estudantes na TVE do Maranhão. Uma espécie de história política de um lado e, de outro, os efeitos sociológicos sobre a mentalidade dos estudantes da quinta a oitava séries da escola pública do Maranhão, avaliando materiais didáticos produzidos por professores para irradiação em um sistema de teleeducação.

Um curso de teoria (aquele oferecido por Mário Machado) despertou meu interesse de pesquisa empírica de corte sociológico; um seminário de curso me levou a uma instituição de pesquisa histórica. Em um sentido muito amplo, essas duas marcas se prolongaram ao longo de minha vida acadêmica.

O cruzamento da história política mineira (pesquisa de Minas no pós-1930) com a educação (pelo experimento da TVE do Maranhão) talvez tenha sido definitivo à habilitação para integrar a equipe que Simon Schwartzman constituiria para garimpar o arquivo Gustavo Capanema que o CPDOC acabava de receber em 1980. Se com a reconstituição da dinâmica política dos anos 1930 em Minas a base da pesquisa era a documentação colhida dos jornais depositados na Biblioteca Nacional (o dia a dia espelhando a luta política), o arquivo nos trazia outro tipo de documentação: as cartas, os bilhetes, as fotos, as matérias na imprensa sobre o titular, os conflitos entre atores, ideias e projetos. Ali tomei contato em “carne e osso” com a disputa incessante no Brasil entre liberais e conservadores espelhada na força da Igreja, naquele momento, a católica, sobre as direções a serem dadas à educação. Ensino laico *versus* ensino religioso transformava-se na bandeira republicana em luta sem trégua, como aprendemos com Luiz Antônio Cunha em inventário inesgotável de estudos e publicações.

A metodologia de trabalho com arquivos merece nota especial. Uma metodologia que nos toma como espectadores engajados, interessados. Vamos sendo capturados como em uma série ou filme. As pessoas aparecem nos documentos. Queremos

tomar partido, controlamos nossa indignação, nos encantamos com dizeres e posições. Escreviam sem pensar, talvez, na publicidade. Arquivos pessoais despertaram sempre grande interesse dos analistas. Ângela de Castro Gomes chegou à expressão “feitiço” dos arquivos privados desafiando a capacidade/habilidade analítica do pesquisador. E de fato exercem fascínio nos que percorrem aqueles documentos.

O ingresso no arquivo Capanema já contou com minha experiência de pesquisa sobre os atores políticos mineiros e sua progressiva ascensão ao cenário nacional. Gustavo Capanema e Virgílio Melo Franco foram protagonistas na análise que fiz sobre Minas e a abertura política dos anos 1930. Mas o arquivo ampliou o grupo com o ingresso (inesperado para mim à época) de intelectuais, poetas, escritores, arquitetos que eu cultivava sem qualquer intenção analítica antes do garimpo no arquivo. Compareciam naquela documentação imensa personagens com os quais ainda hoje me sinto interpelada a conversar, além da conversa mais aprofundada em minha tese de doutorado. Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Cecília Meireles, Francisco Campos, Anísio Teixeira, Alceu Amoroso Lima, Lourenço Filho, Heitor Villa Lobos, além dos arquitetos que consagraram a arquitetura moderna brasileira. Denominei esse grupo “constelação Capanema”, pela densidade, variedade e expressividade que aos poucos fomos comprovando na educação e cultura como políticas de Estado. Intelectuais e formulação de políticas acabaram sendo a configuração possível aos exercícios que fiz ao longo da vida acadêmica, inspirada fortemente na experiência do arquivo, de um lado, e temperada pela percepção dos estudantes a respeito de outra política pública – a teleducação como forma de organização da rede pública de ensino da então quinta à oitava série no Maranhão.

Foi ainda no CPDOC que, com a saída de Simon Schwartzman, acabei assumindo a coordenação de um programa que o próprio Simon havia trazido e que, com sua saída, acabei, a seu pedido, assumindo como coordenadora. O Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (Preal), uma iniciativa do *Inter American Dialogue* com coordenação de Jeffrey Puryear e da *Corporación de Investigaciones para el Desarrollo* (Cinde), pelo Chile, sob a liderança de Marcela Gajardo. Esta é uma experiência que nos coloca diretamente em contato com as grandes questões que envolvem o cruzamento das ciências sociais com a educação no Brasil. No início dos anos 1990, havia toda uma discussão sobre reconversão industrial, nova estruturação do mundo do trabalho, tínhamos aprovada a Constituição de 1988, Constituição Cidadã. Uma questão que afetava profundamente o Brasil dizia respeito

ao que se identificava como criminoso atraso no desenvolvimento da educação e a tão propalada por setores empresariais precariedade do capital humano diante dos desafios que a reconfiguração impunha.

A coordenação geral do programa supunha a inclusão do Brasil com os demais países da América Latina e do Caribe. Percebi imediatamente o desafio que se impunha e a conseqüente impossibilidade de enfrentá-lo. Apenas como comentário ligeiro, o número de estudantes da rede pública do ensino fundamental do estado de São Paulo era maior do que a maioria da população dos países que compunham o programa. O que se desenhava como um programa de reformas estimulado por uma pessoa em uma instituição no Brasil era de fato um programa de governo. Governo Fernando Henrique Cardoso com Paulo Renato Souza na condução do ministério da Educação por oito anos, nos dois mandatos do governo Fernando Henrique. Desse ponto de vista, é possível dizer que o programa não funcionou como era esperado de uma coordenação com uma reduzidíssima equipe, exceto pelo benefício de conhecer experiências da América Latina que dificilmente eu conheceria não fosse o Preal, e pela pesquisa financiada pela Fundação Ford para testar a hipótese de que havia interesse e sensibilidade dos empresários no aprimoramento da educação no Brasil que conduzi com a participação de Marcela Pronko e Raquel Emerique.

Tratava-se de um discurso recorrente, com espécie de consenso a respeito do ganho fundamental ao país e ao desenvolvimento aferidos com investimento sério em educação. Os resultados da pesquisa foram sintetizados em uma brochura, *Empresários e Educação no Brasil*. As conclusões estavam bastante desconformes com a hipótese original e com o discurso que parcela do empresariado pretendia disseminar. O livrinho de Horário Penteadó a respeito do que era preciso fazer para sairmos do impasse em que nos encontrávamos a respeito da formação de capital humano acabou sendo referência não apenas de diagnóstico, mas do papel de consultores especializados como apoio a iniciativas privadas na direção da intervenção na educação. Muitas das organizações não governamentais (ONG) e dos centros de atuação hoje muito conhecidos tiveram nesse momento grandes incentivos à sua efetivação.

O programa acabou elegendo algumas variáveis e pontos de diagnósticos que esse grupo da educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) reconhecerá como questões permanentes transformadas em objetos de pesquisa e publicações que nos desafiam ainda hoje.

- falta de equidade, manifesta na distância que separa as escolas públicas das particulares e nas diferenças nos resultados de aprendizado entre grupos com distintos capitais sociais;
- dificuldades enfrentadas cotidianamente traduzidas nas taxas de repetência, de abandono e nos pontos obtidos pelos grupos mais pobres nas provas de avaliação do aprendizado;
- centralismo excessivo e escassa autonomia no nível das escolas, o que provoca baixo rendimento interno, desmotivação dos professores e escassa participação das comunidades e famílias na gestão do processo educativo;
- deterioração das condições de trabalho dos professores e desprestígio da profissão, o que acaba influenciando na qualidade do ensino e na possibilidade de atrair jovens motivados e talentosos para o magistério;
- ponto comum entre vários países da região: idade dos professores. Desafio ainda maior em tempo de revolução digital – com que equipamento mental, de formação e tecnológico os professores contam para fazer das salas de aula experimento de aprendizado e socialização democrática.
- frequente desvinculação entre o que se ensina nas escolas e as exigências das ocupações na sociedade;
- financiamento insuficiente, em termos de investimento por aluno, na proporção do gasto que se destina à educação em relação ao que nela investem os países mais desenvolvidos.

A grande distinção que a participação no Preal me trouxe foi que saí da avaliação de impasses na formulação de política pública para educação e cultura, como foi no tempo Capanema, para o contato com agenda contemporânea de questões que ocupam permanentemente nosso debate, sempre que nos aproximamos das questões que nos afligem e que reclamam a atenção qualificada no quadro geral da educação no Brasil. A combinação das duas dimensões (mais histórica e mais contemporânea sociologicamente) talvez tenha sido concentrada na pesquisa sobre trajetória de um intelectual público, Darcy Ribeiro, que associou nele mesmo a dimensão de formulação de política pública com vistas à reação ao Brasil como problema. Educação como salvação em Darcy pretendia incorporar em um projeto todas as dimensões de atendimento a carências históricas de um Brasil elitista, excludente, preconceituoso, racista e pobre

a despeito das muitas riquezas. Foi quando, talvez de forma mais evidente, sentimos os efeitos nem sempre exitosos da combinação de política com educação. São tempos diferentes. E a combinação tem mostrado seu lado perverso sempre e quando descontinuados projetos necessários, que são interrompidos sucessivamente atendendo a ditames de ordem política e não da educação propriamente. Os exemplos são frequentes e tristemente acumulados.

Do magistério, a eleição é, e será sempre para esta reflexão, a UERJ. Meu desenvolvimento no campo da educação é devedor de meus orientandos. Ciências sociais e educação não são, inexplicavelmente, parcerias óbvias nas instituições. Ponto de outras conversas. E encontrar orientadores em seus interesses específicos de pesquisas que tangenciam a educação nunca foi muito fácil em meu tempo de atuação na universidade (33 anos). Fui aceitando e aprendendo com eles. Devo aos meus orientandos a sensibilidade e a aproximação com os ganhos, desafios e problemas aflorados pelas conquistas democráticas que a Constituição de 1988 estimulou. Neste 5 de outubro de 2023, celebramos 35 anos da Carta de 1988. Dia de celebrar e também de constatar o acerto dos *insights* toquevilleanos a respeito dos desafios impostos pela democracia, desafios concomitantes ao avanço da participação, do empoderamento, da expressividade das minorias subalternizadas ao longo de uma história que as negligenciou, calou e lhes impôs o silêncio e a exclusão.

A política das ações afirmativas talvez seja a que mais nos tenha desafiado nas dissertações e teses que orientei. Desafiado pela extensão do que produziu a política de ingresso. Desde a dificuldade inicial de receptividade do ambiente universitário a um público até então desconhecido para ele, da imprensa e de intelectuais formuladores de opinião, dificuldade de gerenciamento pela administração da universidade com tudo o que implica permanência dos estudantes de origem social mais humilde em seu *campus*, até, e muito fortemente, gestos de humilhação, preconceito, falta de acolhimento, diferenciação, comparação de *status*, capital cultural, marcas e marcadores sociais: tudo o que mobilizou fortemente Bourdieu em suas refinadas interpretações a respeito de processos interativos entre desiguais. A paisagem humana da UERJ foi completamente alterada nos últimos 30 anos. Acompanho meus orientandos na caminhada a respeito desta política que sumariza um dos mais notáveis ganhos da Carta de 88: política de igualdade de direitos nas esferas da vida social. Como se desenvolveu o debate no parlamento; como as universidades receberam em movimento assimétrico de promoção e resistência; como os cotistas conviveram com os estudantes

tradicionalmente selecionados para os cursos superiores; como cotistas se perceberam no convívio em cursos competitivos como medicina e direito; como a imprensa reagiu à política e como foi alterando sua percepção ao longo da última década.

A UERJ trouxe-me pela pós-graduação a urgência de uma reflexão contemporânea sobre desafios sociológicos que a política educacional enfrenta em sua expansão e em seu funcionamento. Desigualdade profunda, espaços agredidos pela violência, dificuldade no exercício e na compreensão da dimensão de autoridade na relação docente/estudantes, dilemas presenciados pela tradição de formação dos cientistas sociais em contexto mais fragmentado e de profunda alteração no mercado de trabalho. Eu não teria tido chance de me aproximar de tantas questões sensíveis não fosse a receptividade possível na relação de orientação. Devo muito aos meus orientandos. E agradeço a chance desse crescimento a esta relação permanente.

Mas os desafios e as preocupações se avolumam. A democracia nos traz a sociedade em sua soberania e, com ela, aprendemos com Tocqueville, encruzilhadas se interpõem nas dinâmicas da interação. Em nosso campo educacional, o imenso ganho da incorporação de sujeitos tradicionalmente excluídos do acesso aos bens da civilização, bens culturais desde hábitos de leitura até hábitos de convivência nos ambientes culturalmente mais exclusivos nos impõe revisão de todo um modo de ensino, avaliação e progressão. A universidade deixou de ser privilégio das classes altas e médias tradicionais com a presença maior de estudantes oriundos de segmentos populares, negros e indígenas. Presença maior de estudantes das classes populares, o que torna o diálogo mais rico e diversificado, mas igualmente mais desafiador pela exigência de alteração de um *modus operandi* convencionalmente adotado na formação superior. Métodos de ensino e aprendizagem estão exigindo profundas alterações nem sempre possíveis em espaço de tempo exíguo como o que vem desafiando ao menos, e certamente, minha geração e professores próximos a ela. A perversidade, no entanto, se estende em dimensão mais delicada. Esforço hercúleo terá que ser feito para a preservação da universidade pública. As elites brasileiras costumam reagir ao convívio mais extenso pela incorporação de novos estratos da sociedade com o abandono dos ambientes que os acolhem. Abandonou a escola pública, abandonou a saúde pública, vem abandonando a universidade pública em favor de ambientes privados mais exclusivos. A resistência a tal processo de esvaziamento exige mais e mais dos que estão comprometidos com a democracia e os efeitos positivos e socialmente mais justos da política de Estado de Bem-estar Social.

Imaginar que as ciências sociais, a sociologia em particular, estão afastadas da educação sintetiza, a meu juízo, uma limitação perversa do significado de um e outro campo. Como pensar sociologicamente sem considerar a educação? Esta não foi, definitivamente, uma questão para Emile Durkheim, pai fundador tanto da sociologia como da sociologia da educação... E como pensar a educação sem as considerações trazidas pela sociologia? Essas são derivações de nossas limitações no intercâmbio necessário e promissor entre campos de conhecimento que se fortalecem na interação. De outra parte, produzem resultados inesperados, nem sempre promissores, se prevalecem o isolamento e a resistência ao contato interdisciplinar. Foi por esta convicção genuína e fortalecida que não só aceitei o convite como me mantenho devedora de tamanho privilégio pela convivência com os professores e pesquisadores desta casa.

Muito obrigada.

Em 5 de outubro de 2023.

Submetido em: novembro de 2023

Aceito em: novembro de 2023

Sobre a autora

Helena Bomeny

Docente do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: helena.bomeny@hotmail.com